

ENTRE MAPAS, GLOBOS, SÓLIDOS, CADEIRAS E RELÓGIO: OBJETOS PARA AS AULAS DO LYCEU DE SERGIPE¹ (1848-1851)

João Paulo Gama Oliveira*

<https://orcid.org/0000-0001-9683-5413>

Rosemeire Marcedo Costa**

<http://orcid.org/0000-0001-7217-3187>

Eva Maria Siqueira Alves***

<https://orcid.org/0000-0002-6387-1108>

Resumo: Criado o Lyceu de Sergipe, em 1847, com uma reunião de cadeiras isoladas do ensino secundário em São Cristóvão, a instituição funcionou até o ano de 1855, quando da mudança da capital da Província para Aracaju, enfrentando uma série de problemas no dia a dia das suas práticas. Falta de docentes, discentes, pedido de isenção de taxas, um pasquim que culminou na suspensão do estudante, afastamento de professores, recorrentes solicitações de utensílios e móveis para o cotidiano do trabalho administrativo, bem como objetos para as aulas ali ministradas. Neste sentido, o objetivo do presente texto consiste em analisar os objetos solicitados para as aulas de diferentes cadeiras, como também os pedidos de materi-

¹ O Lyceu de Sergipe também recebeu outras denominações, como Lyceu Sergipense, Lyceu Sergipano, Lyceu de São Christóvão e Lyceo de Sergipe. Optamos por uniformizar a nomenclatura no texto, tendo em vista o maior número de recorrências ao “Lyceu de Sergipe” registrado no Livro das Correspondências, como também na imprensa sergipana investigada.

* Professor da Universidade Federal de Sergipe com atuação no Departamento de Educação (DEDI) e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Líder do Grupo de Pesquisas Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). E-mail: profjoaopaulogama@gmail.com.

** Professora do Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Pesquisas Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). E-mail: rose.marcedo@gmail.com.

*** Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisas Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). E-mail: evasa@uol.com.br.

ais para o funcionamento administrativo da instituição, registrados no Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe no período de 1848 a 1851. No exame do referido documento destacam-se: o diminuto e precário espaço para a realização das aulas, a escassez de materiais e os constantes pedidos dos professores do material necessário para a realização das suas aulas, além dos vestígios de práticas educativas do ensino secundário localizados por meio dos objetos solicitados para as aulas da instituição oitocentista.

Palavras-chave: Cultura material; Ensino Secundário; Lyceu de Sergipe; Objetos pedagógicos.

AMONG MAPS, GLOBES, SOLIDS, CHAIRS, AND CLOCKS: CLASS OBJECTS AT LYCEU DE SERGIPE (1848-1851)

Abstract: The educational institution *Lyceu de Sergipe* was created in 1847 with the gathering of isolated subjects from secondary education in São Cristóvão. It worked until 1855, when the capital of the Province was moved to Aracaju, facing a series of daily problems in its practices. Some of these issues include the lack of teachers and students, fee waiver requests, a lampoon that resulted in a student suspension, teacher removals, recurring requests for, on the one hand, utensils and furniture for administrative work and, on the other, objects to be used in classes. Given that, this text seeks to analyze the objects requested for classes of different subjects, as well as orders of materials to be used for administrative purposes within the institution, all of which were registered in the Correspondence Book of Lyceu de Sergipe between 1848 and 1851. The study of the aforementioned document indicates the following: the tiny and precarious spaces utilized as classrooms; shortage of materials and constant requests for items necessary for teacher practice; in addition to the traces of secondary education teaching practices, which were located because of the class materials requested in the nineteenth-century institution.

Keywords: Material culture; Secondary education; *Lyceu de Sergipe*; Pedagogical objects.

Uma instituição educacional secundária e o seu Livro da Correspondência

[...] muito agradável foi á este governo a noticia de se haver matriculado crescido numero de alumnos, e de observar-se

grande zelo na parte dos Professores. Muitos serviços pode a Província prestar o Lyceu, se com effeito aquelles que se achão encarregados do respectivo ensino, se compenetrarem bem do fim para que forão escolhidos. O Governo conta que terá sempre que louvar, e não duvidará promover, quanto em se couber, o desenvolvimento de uma Instituição tão util. Não duvide V. Exa. propor todas as medidas que entender uteis ao Estabelecimento sob sua inspecção, ficando certo de que este Governo conhece quaes os resultados da instrucção bem dirigida (SERGIPE, Livro da Correspondência, 24 de fevereiro de 1848).

Embora o discurso do Presidente da Província de Sergipe, Joaquim José Teixeira, exalte a atenção prestada pelo governo, o Lyceu de Sergipe não funcionou satisfatoriamente na sua efêmera existência.² Criada em 1847, com uma reunião de cadeiras isoladas do ensino secundário em São Cristóvão, e aberta oficialmente em 16 de fevereiro de 1848, a instituição funcionou até o ano de 1855, quando da mudança da capital da Província para Aracaju, e enfrentou uma série de problemas no dia a dia de suas práticas.

Em relação a esses problemas, podemos destacar, por exemplo: falta de docentes, discentes, pedido de isenção de taxas, edição de um pasquim que culminou na suspensão do aluno julgado editor, afastamento de professores, várias solicitações de utensílios e móveis para o cotidiano do trabalho administrativo, como também objetos para as aulas ali ministradas.

² O Lyceu de Sergipe foi objeto de estudo da dissertação de Aristela Arestides Lima (2005), com foco nas práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe, dedicando-se ao período de 1847 a 1855, anos que marcaram a abertura e o fechamento da instituição em São Cristóvão/SE. Clássicos da historiografia sergipana, como Sebrão sobrinho (1954), Felisbello Freire (2013) e Thetis Nunes (1984), tratam sinteticamente de alguns aspectos da história do referido Lyceu. Entre os trabalhos sobre a instituição, destacamos os estudos de Alves (2003) e Alves (2005), que abordam o Livro da Correspondência a partir de outras perspectivas analíticas; também o artigo de Barreto (2002/2003), que busca reconstruir a trajetória do Lyceu; além do artigo de Lima e Conceição (2019), com uma discussão sobre os embates acerca do funcionamento da instituição.

Em seu estudo sobre os materiais de ensino no século XX, Rosa Fátima de Souza (2013, p. 105) afirma que: “A definição e a classificação desses objetos consistem em desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores dedicados ao estudo da cultura material da escola. É necessária a construção de uma genealogia dos termos”. Segundo a autora, a análise se dá acerca dos “suportes materiais do ensino, ou seja, os objetos utilizados por professores e alunos nas escolas em situações de ensino e aprendizagem” (SOUZA, 2013, p. 105).

É justamente dentro desta acepção, todavia com foco em materiais do ensino secundário, que utilizamos tal nomenclatura no presente texto, cujo objetivo consiste em analisar os objetos solicitados para as aulas de diferentes cadeiras, como também os pedidos de materiais para o funcionamento administrativo da instituição, registrados no Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe no período de 1848 a 1851. As figuras 1 e 2, a seguir, ilustram a capa e a primeira folha do documento:

Figura 1 – Capa do Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe. Fonte: Fotografia dos autores (2022). Acervo do CEMAS 492 FASS05 CX. 101. (1848-1851).

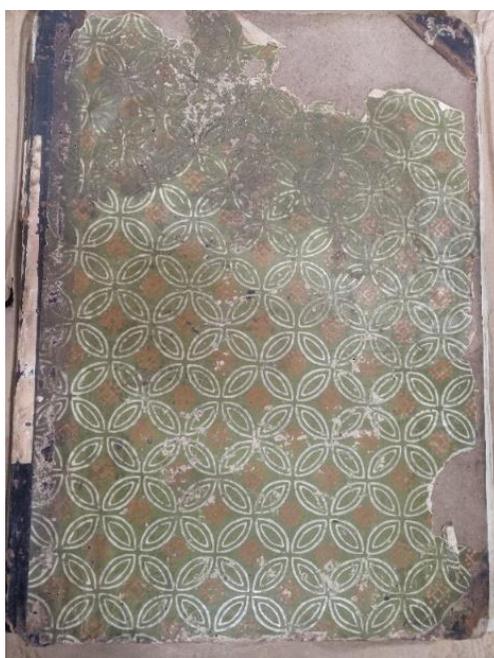
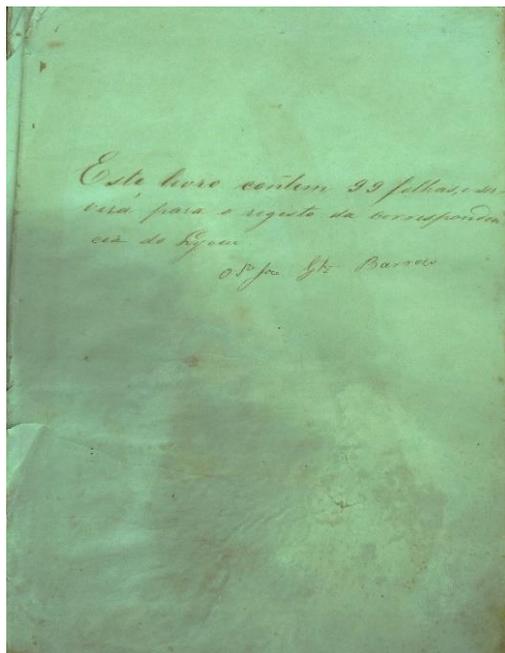


Figura 2 – Primeira folha do Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe (1848-1851). Fonte: Fotografia dos autores (2022). Acervo do CEMAS 492 FASS05 CX. 101.



O Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe é manuscrito, em formato de caderno de capa dura, com imagem da capa relacionada a um desenho geométrico, folhas em tom azul claro, medindo 23 cm x 32 cm e com 99 folhas. Contém 127 cópias de ofícios expedidos e recebidos do período de 12 de fevereiro de 1848 a 12 de março de 1851. O livro possui também registros das atas das reuniões da Congregação, relatórios da direção encaminhados ao Presidente da Província, mapas de frequência e aproveitamento dos alunos (18 de maio de 1848, 31 de março de 1849 e 16 de abril de 1850), além de variados ofícios. Destacamos para o presente texto os ofícios e relatórios que tratam de solicitação de materiais para o funcionamento da instituição. A análise dialoga diretamente com a compreensão de Margarida Felgueiras, que chama atenção para:

Olhar ‘esses’ objetos como resultados de ações, que incorporam interesses, objetivos e tradições de quem os produz e de quem deles se apropria. E isso aplica-se, quer a um edifício escolar quer a um manual, um caderno de exercícios, uma lousa, um mapa, uma carteira. Estamos perante uma dupla significação: a de quem produziu os objetos, para quê, em que condições e de quem deles se apropria, para que fim, com que interesse e como se articularam objetos com origens e intencionalidades diferentes num mesmo projeto escolar, local e pessoal. (FELGUEIRAS, 2010, p. 28).

Os objetos solicitados pelo corpo docente e diretivo do Lyceu de Sergipe estão imersos em tradições educativas que compreendiam serem cruciais seus usos em sala de aula no ensino secundário. Aqui, detemo-nos na sua centralidade para as cadeiras de Geometria, Geografia e Inglês; para além de pedidos de mapas, globos, coleção de sólidos, entre outros, temos indicativos de práticas que almejavam realizar com intencionalidades próprias um projeto educativo vinculado à formação do jovem secundarista em meados do século XIX, contribuindo, assim, para a formação de líderes da nação.

O Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe está salvaguardado no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense³ (Cemas) e representa o documento mais antigo do seu acervo, datado de 1848. No Cemas, por sua natureza de conservação e preservação documental, a organização do acervo alcançará o ano de 1996, data da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/9394/96).

³ Criado no ano de 2005 e em pleno funcionamento, o Cemas tem por objetivos: preservar os vestígios escritos ou não, o testemunho histórico, além de criar informações necessárias para salvaguardar o patrimônio cultural e manter exposição permanente da memória educacional e social do Atheneu Sergipense, considerada parte significativa da história da educação do estado de Sergipe, possibilitando o desenvolvimento de diferentes investigações. Para saber mais sobre o Cemas, ler Alves (2016), Oliveira (2022) e visitar o site <https://maisatheneu.com.br/cemas>.

Documentos que tratam do ensino secundário no século XIX são raros nos acervos das escolas públicas brasileiras. A própria existência do livro já é passível de uma série de questionamentos acerca do seu significado para os espaços que o abrigaram ao longo desses mais de 170 anos, como também os interesses em mantê-lo para registrar parte de uma história do ensino secundário em Sergipe, que apresenta elementos da própria história da escolarização em um período temporal no qual a capital da Província de Sergipe era São Cristóvão, poucos anos antes da mudança para Aracaju, efetivada em 1855.

Tais aspectos fizeram com que nosso olhar recuasse no tempo, uma vez que o Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq) tem concentrado seus estudos sobre o ensino secundário na passagem do século XIX para o XX, e mesmo no período correspondente à Reforma Gustavo Capanema, 1942 a 1961⁴, tendo o Atheneu Sergipense como principal instituição de análise. Contudo, ao refletir sobre a normatização do ensino secundário em Sergipe, atentamos para a necessidade de uma verticalização nas análises acerca desses primeiros vestígios da educação secundária sistematizada em um estabelecimento de ensino.

Trata-se de uma história que fornece pistas de práticas docentes, discentes e mesmo de objetos de uma cultura própria da escola secundária que fizeram parte do ensino em Sergipe no século XIX, com marcas nas normas e disciplinamento que ultrapassaram a barreira do Oitocentos. O Lyceu de Sergipe foi o responsável pela formação inicial de docentes que pioneiramente ensinaram no Atheneu Sergipense (ALVES, 2005), além de ocuparem vários outros cargos na organização administrativa do Estado no final do Império e início da República brasileira. Assim, focamos em um recorte temporal crucial para a compre-

⁴ Para saber mais acerca dos estudos desenvolvidos pelo aludido Grupo de Pesquisa no tocante ao ensino secundário, consultar, entre outros: Alves et al. (2020) e Oliveira et al. (2020).

ensão do estabelecimento do secundário e, sobretudo, nos objetos assinalados como necessários para a concretização das suas aulas, consequentemente das suas finalidades.

Com o intuito de atingir o objetivo proposto, dialogamos de maneira mais particular com as perspectivas apontadas por Agustín Escolano Benito sobre cultura empírica ao compreender que: “A cultura empírica da escola se referiria ao âmbito da experiência e se constituiria do conjunto de ações que os docentes criaram ou adaptaram para regular o ensino e a aprendizagem.” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 120).

Assim, analisamos os materiais solicitados para o Lyceu de Sergipe na busca por entendê-los, tanto na sua interação social, como também compreendendo-os como parte de uma cultura própria criada para organizar o processo de ensino-aprendizagem na configuração do ensino secundário em meados do século XIX.⁵ Diante dos aspectos expostos, tratamos de algumas práticas administrativas do Lyceu de Sergipe e, na sequência, analisamos os materiais solicitados para as aulas e funcionamento dessa instituição educacional secundária.

O Lyceu de Sergipe: traços do seu funcionamento

Em *História da Educação de Sergipe*, Thetis Nunes (1984) acentua as intercorrências provocadas pelo Ato Adicional de 1834 com a descentralização promovida pela transferência para as Assembleias Legislativas Provinciais do direito de legislarem a matéria de ensino pri-

⁵ Em relação aos estudos sobre materiais escolares em Sergipe, sugerimos, entre outros, a leitura de Albuquerque (2004), com uma análise de anúncios de mercadorias veiculados em jornais sergipanos no século XIX; também de Freitas e Aragão (2015), com um artigo sobre materiais escolares utilizados no ensino da leitura e da escrita de meninas na passagem do século XIX para o século XX.

mário e secundário. Por outro lado, Sebrão sobrinho⁶ (1954) informa que os primeiros fundamentos para organização do ensino secundário em Sergipe datam de 1830, quando o Conselho Geral da Província criou as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, não como aulas avulsas, mas centralizadas na cidade de São Cristóvão. Denominado “Gymnazio Geral”, era também chamado de “Lyceu Sergipense”, “Lyceu de São Cristóvão” ou “Escola de Humanidades”. Instituída a Assembleia Legislativa em Sergipe, em 1835, esta extinguiu o referido Lyceu. Entretanto, os professores continuaram a lecionar até o ano de 1839.

Em *História de Sergipe*, Felisbello Freire (2013, p. 378) pontua que por meio da Lei de 31 de julho de 1847 a instrução secundária sergipana foi centralizada no “Lyceo de Sergipe”, porquanto “Nelle ensinava-se geometria, phylosophia, rhetorica, latim, francez, inglez, geographia e commercio, cuja aula foi suppresa em Abril de 1852”. O autor realça, ainda, a baixa frequência, contando com 85 matriculados em 1848; 54 no ano de 1849; 113 em 1850; caindo para 88 em 1851; ampliando-se para 158 em 1852, finalizando com 110 em 1853.⁷

Nunes (1984) descreve aspectos do histórico da instituição autorizada a funcionar em julho de 1847, embora tivesse iniciado suas atividades no mês de março daquele ano. Por sugestão do Presidente da Província de Sergipe, Antonio Joaquim Alves do Amaral, e complementada por seu sucessor José Ferreira Souto, foram alugadas salas do Convento do Carmo:

absurdamente, sem aprovação legal nem autorização para faz-lo, elaborou um programa, juntou algumas cadeiras e, a 15 de março [1847], inaugurou o 2º Liceu da Província, dando a Diretoria do mesmo ao lente de Latim padre José Roberto de

⁶ A identificação de Sebrão é a de Sebrão sobrinho (1954), com a letra “s” de “sobrinho” minúscula.

⁷ Alves (2005) aponta, com base no Livro da Correspondência, diferente quantitativo de alunos matriculados no Lyceu de Sergipe.

Oliveira, e a secretaria ao de Filosofia, padre José Gonçalves Barroso. (SEBRÃO sobrinho, 1954, p. 429).

A Assembleia Provincial, não se conformando com tal arbitrariedade, procurou, logo que assumiu o vice-presidente, o Cônego Sobral, normalizar a situação e oficialmente instituiu o Lyceu de Sergipe em 31 de julho de 1847, nomeando como Diretor o padre José Gonçalves Barroso⁸ e para secretário Manoel Odorico Mendes (CORREIO DE SERGIPE, 27 de outubro de 1847).

Os primeiros anos do Lyceu de Sergipe, segundo a análise de Nunes (1984), não foram promissores, como almejavam os seus idealizadores. Com o baixo número de matrículas somado ao pequeno aproveitamento dos discentes, pouco a pouco o Lyceu de Sergipe foi caminhando para o seu encerramento. Em 1852 fechou-se o curso de Comércio, anexo ao Lyceu. No ano de 1853 à cadeira de Retórica foi anexada a de Geografia. Já em 1854 criaram-se as cadeiras de Filosofia, Francês, Geografia e História em Estância e Laranjeiras, sendo o docente de Geometria transferido para Estância e o de Francês para Laranjeiras. Assim, permaneceram em São Cristóvão somente três professores para as cinco aulas existentes. Com a mudança da capital para Aracaju, em 1855, houve a completa extinção do Lyceu, sendo seu docente de Filosofia transferido para a nova sede do Governo, já o de Gramática Latina continuou em São Cristóvão e o de Geografia e História estava licenciado (NUNES, 1984).

⁸ Conforme Guaraná (1925), José Gonçalves Barroso nasceu na então vila de Laranjeiras em 21 de março de 1821 e faleceu na cidade de São Cristóvão em 17 de setembro de 1882. Iniciou sua carreira como professor na cidade de Capela, depois como lente de Filosofia Racional e Moral em 1845, os cargos de secretário e lente de Filosofia em 1846 do Liceu e diretor em 1848. Também foi bibliotecário da Biblioteca pública Provincial, 1851-1854, e diretor da Imprensa do governo por ato de 27 de abril de 1852. Tanto Guaraná (1925) como Santos (2013) tratam de uma instituição educacional mantida pelo Vigário na cidade de São Cristóvão, tendo sido responsável pela formação de vários jovens de famílias abastadas de Sergipe.

Outro autor que analisa o Lyceu de Sergipe, Barreto (2002/2003, p. 78), destaca as contribuições para o ensino secundário sergipano, tendo atuado na formação de jovens que a cada ano buscavam mais a instituição, inclusive cita nomes de alguns ex-alunos, sua formação e complementa: “[...] sem o Liceu tudo teria sido mais difícil para grupos de estudantes, procedentes das diversas vilas, de povoações pequenas e até de propriedades rurais, que frequentaram, como foi possível as aulas do Liceu”.

O Lyceu de Sergipe foi foco da dissertação de Lima (2005). Analisando-o dentro do processo de organização do ensino secundário, a autora arrola os nomes dos 182 alunos que estudaram no referido Lyceu. Uma de suas fontes, o Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe, por ela denominado “Livro de comunicações do Liceo”, investe na temática do cotidiano escolar, organização e funcionamento da instituição.

As lentes analíticas dos diferentes autores citados, com escritos datados de períodos históricos distintos, apontam como a historiografia tem abordado a história do Lyceu de Sergipe e as suas dificuldades. São escritos que convergem em alguns aspectos e que em alguma medida apresentam certa continuidade nas interpretações e foco analítico. Exceto os trabalhos de Barreto (2002/2003), Lima (2005) e Lima e Conceição (2019), os demais tratam do Lyceu em meio a sínteses mais amplas da história de Sergipe, aspectos que podem ser verticalizados em outros estudos. Por ora, fica a constatação de que a história do Lyceu de Sergipe, fechado no ano de 1855, ainda tem muito a ser perscrutada.

Ao examinar os relatórios enviados anualmente ao Presidente da Província que constam no Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe, é possível depreender alguns elementos que denotam as práticas dessa instituição. Vejamos.

No âmbito da frequência, observa-se que a aula de Gramática Latina possuía o maior número de alunos inscritos (18 alunos em 1848), seguida da aula de Francês (17 alunos em 1848). Nos estudos de Retórica e Poética, no ano de 1850, não houve alunos matriculados. Os discentes matriculavam-se em mais de uma aula, havendo também muitas reprovações motivadas por grande número de faltas. No ano de 1850, dos 18 alunos matriculados sem Francês, 13 perderam o ano. Em Latim, foram também de igual número os que perderam o ano. Nas aulas de Geometria, no ano de 1850, os 11 alunos matriculados não apresentaram nenhum aproveitamento, perdendo desta forma todos eles o ano letivo.⁹

Uma possível indicação para o pouco aproveitamento dos alunos pode também ter relação com o fato de os exames ali realizados não serem aceitos pelas Academias do Império.¹⁰ Nesses mesmos mapas de matrículas, conforme o Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe, são informados o aproveitamento e procedimento dos alunos. Para avaliação do aproveitamento designavam-se os conceitos: nenhum, muito pouco, pouco, medíocre, algum, regular, bom, muito, bastante, ótimo. Quanto aos procedimentos, eram-lhes atribuídos os conceitos de: péssimo, sofrível, regular, pouco bom, bom, ótimo, exemplar. Destacavam-se ainda observações declarando se o aluno perdera o ano, fora aprovado ou se estava habilitado para exame.

São práticas administrativas e pedagógicas registradas no Livro da Correspondência que fornecem indicativos das normas do ensino oitocentista materializadas em uma instituição educacional de Sergipe. Trata-se de formas de avaliar e compreender o que deveria ser cobrado

⁹ Naquele ano houve em Sergipe o flagelo da febre amarela, vitimando estudantes do Lyceu de Sergipe que, não podendo frequentar as aulas, perderam o ano letivo, por falta de aproveitamento.

¹⁰ O Governo Geral validou os exames de preparatórios nas Províncias do Império em 1873, criando mesas gerais de exames nas Províncias que não havia Faculdades. (HAIDAR, 1972, p. 58).

a um discente do ensino secundário. A classificação dada a essas aprendizagens por meio dos conceitos era a exigência do que caberia ao aluno saber para assim ser considerado apto a ter uma certificação condizente com sua formação.

Uma instituição educacional secundária: entre objetos e materiais para o seu funcionamento

Ao constituir-se como uma instituição local que abrigou a instrução secundária sergipana, o Lyceu de Sergipe dispunha de poucos elementos para o seu funcionamento. A princípio, o espaço diminuto das três salas destinadas para as sete aulas ali ministradas e disponíveis do Convento do Carmo apresentava uma série de problemas na sua estrutura.¹¹ Alegava a direção que, sem local para os alunos ficarem antes do começo das aulas ou entre elas, eles permaneciam nos corredores do Convento, provocando barulho e transtorno para os demais professores, além de distrair os colegas que estavam em lição. Apontam os relatórios da direção sobre a necessidade de vidraças para suas janelas, justificando que com as chuvas do inverno a água “se inflamêa, e estraga asoalho”.

Carecia ainda o Lyceu de Sergipe de objetos e móveis considerados essenciais para o dia a dia das práticas administrativas e pedagógicas. Citemos os apontados no livro analisado: tinteiro, tesoura, canivete, arquivo de chumbo para “a boa guarda da correspondência do Lyceu”¹², livro em branco para o registro dos professores, urnas que de-

¹¹ Ane Mecenas Santos (2021), ao estudar o patrimônio de São Cristóvão oitocentista, destaca que no ano de 1839 o Convento do Carmo estava em ruínas, sendo necessário o urgente reparo.

¹² São recorrentes os pedidos de compra de um arquivo para a secretaria do Lyceu de Sergipe. Sobre o arquivo escolar do Atheneu Sergipense, consultar Santana (2021).

viam servir para “lançarem os nomes de Estudantes para o sorteio nas sabbatinas [...] e para os exames”, escrivaninha de latão para a secretaria, mesão simples com gaveta e chaves, papel, penas, tintas, “tabua envernizada de facto para exercícios de themas”, campainha, sino, relógio, o que levou a uma série de solicitações da direção ao Presidente da Província.¹³ Ao serem criadas no Lyceu de Sergipe as cadeiras de Geografia, História e Inglês, informa a direção da absoluta necessidade da compra de: nove bancos, duas cadeiras magistrais, quatro cadeiras de palhinha, púlpito.

Assim, para as práticas administrativas da instituição, os registros esclarecem que a secretaria do Lyceu de Sergipe funcionava precariamente sem os “utensillios de absoluta necessidade”. Alertava a Congregação que com a falta desses materiais não estariam eles cumprindo o regulamento em vigor, o que não condizia com a “dignidade do primeiro estabelecimento litterario da Provincia”.

Os pedidos de materiais traziam a justificativa da sua necessidade e indicação do uso. A carência refletia-se na estrutura física do prédio. Disso decorre que as solicitações tinham a finalidade do melhoramento do ensino e progresso da instrução ali ministrada. Os objetos pedagógicos e móveis para o funcionamento do Lyceu de Sergipe apontam para a cultura empírica do ensino secundário. São materiais necessários para as aulas e o trabalho com determinados conhecimentos fundamentais para a formação do jovem secundarista em Sergipe em meados do século XIX.

¹³ As dificuldades para o funcionamento de instituições secundárias nesse período histórico não são uma exclusividade de Sergipe. Outras pesquisas, como as de Barros e Carvalho (2020b), acerca do Lyceu de Goyaz, só para citar um exemplo, demonstram desafios semelhantes, inclusive acerca do espaço para acolher as aulas. Para saber mais acerca de instituições de ensino secundário no século XIX, consultar, entre outras obras, os livros organizados por Barros e Carvalho (2020a) e Ferronato e Conceição (2019).

A demarcação temporal, elemento das práticas pedagógicas, necessitava de um instrumento demarcador, como campainha, sino ou relógio. Assim defendiam:

Sendo inconveniente a falta de um relógio neste Lyceu, que dê lugar á que o porteiro possa as horas justas dar o signal de entrada de cada Professor, impedindo assim que alguns d'elles seja dependente do arbítrio do seo precedente, que por ventura entrando tarde prolongue sua aula alem da hora que lhe cumpre não passar, podendo-se também marcar sem injustiça as faltas dos Estudantes. (SERGIPE, Livro da Correspondência, 22 de março de 1849, p. 31).

Quanto aos objetos das práticas da instituição educacional, é possível destacar a solicitação desses materiais para cronometrar o tempo das aulas. A Congregação do Lyceu de Sergipe solicitou ao Prior do Convento do Carmo licença para utilizar o sino deste, a fim de dar sinais de entrada e saída das aulas, mas tiveram resposta negativa.¹⁴ O Diretor do Lyceu, interessado em ter no seu estabelecimento um relógio, encaminhou ofício, datado de 22 de março de 1849, ao Presidente da Província informando que na cidade de São Cristóvão havia um relógio de mesa de propriedade do senhor José Manuel Machado e que este se dispunha vendê-lo por cento e cinquenta mil réis. É o que justifica à direção da instituição. A finalidade do instrumento relógio era para marcar, segundo ofício da direção do Lyceu de Sergipe, “sem injustiça” as faltas dos alunos, como também para que os professores de-

¹⁴ No “AnuarioChristovense”, manuscrito de Serafim Santiago (1860-1932), publicado em 2009, o autor trata de imbróglio acerca da compra de um relógio público de peças de bronze a ser colocado em uma das torres da Igreja Matriz de São Cristóvão e conclui que: “Todas estas contrariedades que soffreo o Presidente Zacharias em 1848, em São Christóvão, veio em beneficio da população, pois tiveram a sorte de ser colocado na torre da Matriz um dos melhores rellogios do Brazil; assim afirmava o falecido ancião – Francisco Martins Penna, que disia; ‘dos que conheço em algumas provinciaas onde tenho andado, nem mesmo o do observatório astronomico de Pernambuco, que era conhecido como o melhor no Brazil, não erão tão [fl. 43] bomo como o nosso de São Christovão” (SANTIAGO, 2009, p. 94).

semprenhassem com regularidade os seus trabalhos. A falta do relógio no Lyceu de Sergipe permanece até o ano de 1850, conforme relatório da direção.

A importância de incorporar um instrumento regulador do tempo das aulas, naquele momento, em 1848, evidencia o relógio como uma figura-chave na instituição.¹⁵ Arriada (2007) mostra que cabia ao porteiro fiscalizar a entrada e saída dos alunos nas respectivas aulas, fazendo soar a sineta nas horas designadas e marcadas pelo relógio do Ateneu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O que induz a pensar nas mesmas finalidades para o objeto em diferentes espaços do Brasil nas instituições de ensino secundário.

A presença dos relógios nas escolas organiza as primeiras percepções cognitivas da temporalidade e garante a internalização dos valores da exatidão, da aplicação e da regularidade. Trata-se de uma demarcação do tempo para a aprendizagem de determinado saber, tanto por parte dos discentes, como também do tempo necessário para a aula do professor, espaço demarcado para o desenvolvimento da aula e o cumprimento da carga horária para, assim, ser remunerado.

Delimita-se também o ingresso e saída no espaço da aula, do sentar-se e levantar das cadeiras, do posicionamento de corpos em situações de ensino-aprendizagem construídas para tal finalidade. Como acentua Escolano Benito (2017, p. 34-35), tais operações não são naturais, uma vez que: “Acontecimentos triviais como sentar-se em uma cadeira, levantar a mão para perguntar e pintar sobre a superfície das mesas, ou as mil atividades que se sucedem [...] subjaz não apenas um sistema estruturado de sociabilidade, mas toda uma cultura”.

Evidencia-se muita discussão no meio intelectual, tendo em vista a iniciativa malograda de reunião das aulas e a necessidade de atrair discentes de diferentes espaços da Província para a capital. Além disso,

¹⁵ Munakata (2001) analisou o fascínio de Comenius pelo relógio, defendido na Didática Magna.

seus lentes necessitavam de materiais para o desenvolvimento das aulas. Investigando o Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe, peça documental privilegiada nesta pesquisa, detectamos as várias e insistentes solicitações de professores, por meio de ofícios encaminhados à direção da instituição.

Ao analisar os objetos, utensílios e artefatos das cadeiras e finalidades de ensino é possível tecer algumas considerações. Iniciemos pelos materiais requisitados por meio de vários ofícios do professor de Aritmética, Geometria e Trigonometria, Galdino Barbosa de Araújo¹⁶: coleção de sólidos geométricos de madeira, esponja e pedra,¹⁷ materiais necessários para as demonstrações em suas aulas. No documento analisado, há o registro de que o professor utilizava a pedra do “Palácio do Governo, feita que foi para o exercício das primeiras letras, [...] de pequena dimensão, e portanto insuficiente” para as demonstrações (SERGIPE, Livro da Correspondência, 1848, p. 5). Assim, era necessária para as aulas de Aritmética, Geometria e Trigonometria uma pedra com maiores dimensões, de modo que o professor pudesse fazer as demonstrações pertinentes à sua cadeira ministrada. Como não foi adquirido tal material, o próprio diretor mandou fazer uma pedra de “madeira pintada de preto”. Solicitou ainda o referido professor, em outubro de 1848, a aquisição de uma coleção de sólidos geométricos de madeira que facilitaria a compreensão dos alunos nas lições de formas e conceitos geométricos. Até 16 de maio de 1850 a aula de Geometria continuava sem a coleção dos sólidos geométricos.

Tendo em vista a realização do concurso para a cadeira de História e Geografia, a Congregação do Lyceu de Sergipe solicitou a compra de “mappas Geographics em grande formato e dous globos, um celeste

¹⁶ Guaraná (1925) cita que o Galdino Barbosa foi um dos professores de Brício Maurício de Azevedo Cardoso.

¹⁷ Declara Barra (2001, p. 10) que “a especificidade do ensino de aritmética exigia um instrumento material próprio para o ensino coletivo”.

e outro terrestre” (SERGIPE, Livro da Correspondência, 5 de outubro de 1848), além de máquina planetária ou astronômica. Nesse concurso fora aprovado o Bacharel Antonio Nobre de Almeida e Castro.¹⁸

Silva (2017) analisou o ensino de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense no período de 1870 a 1877, mostrando a configuração da referida disciplina e destacando a importância dos compêndios e gramáticas. Apesar de concentrar a análise no Atheneu Sergipense, o autor aponta elementos do ensino de Inglês no Lyceu de Sergipe, em parte específica do seu trabalho. Na análise dos objetos pedagógicos no Livro da Correspondência localizou-se que o lente de Inglês do Lyceu queixava-se da falta de: “mesão simples com gaveta e chaves, escrivaninha, papel, penas, tintas e uma tabua envernizada de facto para exercícios de themas, bem como campainha”. (SERGIPE, Livro da Correspondência, 10 de março de 1849). Além disso, para as aulas de Comércio, solicitava o lente: livro de matrícula, mesa grande, carteiras, tinteiro e livros para organizar a escrituração mercantil.

Por fim, no Livro da Correspondência também foi possível localizar punições e premiações aos discentes do estabelecimento de ensino. Prêmios e sanções são algumas das características das práticas pedagógicas presentes nas instituições escolares e que carregam em si relações de poder, pelo uso de meios coercitivos diretos ou indiretos. O estudante Antonio Rodrigues da Fraga Júnior, identificado como autor de um pasquim contra os professores, fora considerado o “pioneiro do espírito crítico do estudante sergipano”. (NUNES, 1984, p. 71).

A identificação ocorreu após minucioso exame feito pela Congregação a um dos números manuscritos do pasquim, a fim de elucidar o caso, “atenta a semelhança de algumas lettras, e a orthographia com que foram escriptos.” Naquele ano (1848), o aluno estivera matriculado em Geometria, com qualificação de aproveitamento “pouco” e proce-

¹⁸ Para saber mais sobre os lentes das cadeiras de História no Lyceu de Sergipe e no Atheneu Sergipense ver Santos (2021).

dimento “bom”. Em 1849 matricula-se na cadeira de Filosofia, recebendo as mesmas avaliações de aproveitamento e procedimento. A Congregação justifica a pena de perda do ano letivo relatando fatos ocorridos na Bahia, na Europa e ainda em Itabaiana. (SERGIPE, Livro da Correspondência, 3 de agosto de 1848).¹⁹

Um outro caso de punição é o do estudante Torquato Martins Fontes, que fora repreendido perante a Congregação devido ao “pessimo procedimento” nas aulas de Latim, além de apresentar péssima conduta e “nenhum aproveitamento”, “excitando continuamente do riso seos collegas com accções por vezes immoraes e sendo insolente” com o professor. A Congregação considerou que, pela pouca idade do estudante, este não tinha conhecimento dos Estatutos, nem das “funestras consequencias de sua infracção”, decidindo, portanto, ao usar do seu prudente arbítrio, abrir-lhe os olhos, admoestando-lhe e esclarecendo das possíveis penas mais severas em caso de reincidência. (SERGIPE, Livro da Correspondência, 28 de março de 1849).

Ainda quanto ao elemento punição, pela Lei n. 200 de 1847, que criou o Lyceu de Sergipe, o artigo 22 apregoa: “Não podendo ter lugar a pena corporal”. O senhor Marcelo José do Amorim pede que seja revogado tal artigo, que vedava a imposição de penas corporais, alegando o requerente que de há muito tempo até a criação do Lyceu era permitido o uso de palmatórias nas aulas de Latim, além de que, “certos de não soffrerem castigo algum corporal”, os estudantes deixariam de se esforçar nas matérias lecionadas, obtendo um péssimo resultado, e poderiam os professores serem acusados de incapazes, pelos pais dos alunos. Continua seus argumentos alegando que “a experiencia tem mostrado que sem o emprego da palmatoria não aproveitão os estudantes o que

¹⁹ Conforme Dick (2020, p. 163): “O início das atividades do ensino secundário na Bahia foi no século XIX – 1836 – com a fundação do então Liceu Provincial, instituição que tinha suas atividades somente na capital do estado – Salvador. Com a República, passou a chamar-se Instituto de Ensino Secundário da Bahia, depois Ginásio da Bahia (1895) e por fim de Colégio da Bahia (1942)”.

aprendem”. (SERGIPE, Livro da Correspondência, 10 de junho de 1848). Diante dos argumentos expostos, a Congregação do Lyceu de Sergipe posicionou-se contrária às frágeis razões aduzidas.

[...] em parte alguma da Europa civilizada, cujos estabelecimentos litterarios tem servido de prototypo aos nossos se tolera o emprego de palmatória em as casas destinadas ao Curso de Humanidades. Tais meios coercitivos, continua o parecer, só afastaria o aluno do professor, além de serem praticas dos seculos passados que não do hoje.[...] Hé portanto incompatível com a dignidade do Lyceu a permissão de castigo algum corporal. (SERGIPE, Livro da Correspondência, 10 de junho de 1848).

Ferronato (2014), ao analisar o Lyceu Provincial na Parahyba do Norte, destaca o disciplinamento da instituição, que englobava desde a punição até a recompensa e mesmo possibilidade de ascensão social, inclusive tais normativas já se faziam presentes na solenidade de abertura das aulas, realizadas regularmente em 4 de fevereiro. Já ao tratar da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Arriada (2007) apresenta o próprio Regimento de 1857 que demarcava as punições para aqueles que faziam algazarra na porta da instituição, sendo a primeira vez uma advertência pelo Diretor, e a segunda uma comunicação direta aos pais ou encarregados. Cabia aos diretores “[...] fiscalizar, controlar e disciplinar o ‘bom’ funcionamento do Liceu.” (ARRIADA, 2007, p. 134).

Quanto ao elemento prêmio, a Congregação do Lyceu de Sergipe considerou relevante estabelecer sinais de distinção (medalhas) para os estudantes que mais aproveitassem o curso. Justificam que essa premiação seria válida nos casos de concursos ou candidaturas para empregos provinciais, sugerindo que fossem preferidos aqueles que apresentassem atestado de ter sido o primeiro ou melhor aluno de qualquer das aulas do Lyceu. Para receber tal premiação, a Congregação propôs a realização de provas, pois uma turma poderia ser tão fraca que o pri-

meiro aluno não merecesse tal recompensa. Sugere ainda a compra de livros para serem distribuídos no final do ano letivo para aqueles estudantes assíduos e talentosos: “Porque d’este modo se desenvolveria a emulação que é como sabe esta Assembléia, a mais poderosa alavanca para o progresso da instrução da mocidade”. (SERGIPE, Livro da Correspondência, novembro de 1850).

Alves (2012), ao investir na análise dos prêmios e sanções no cotidiano do Atheneu Sergipense, destaca que tais elementos são característicos “nas práticas sociais e culturais do cotidiano escolar”, além de “assumirem grande importância, não só para os contemplados, com um ou outro dispositivo, mas também para a sociedade” (ALVES, 2012, p. 44).

Na defesa da instituição dos prêmios, bem como das punições, pretendia a Congregação dar visibilidade às ações decorridas no interior do Lyceu de Sergipe, com o olhar vigilante, o controle que normatiza, que conceitua a avaliação do desempenho, elementos necessários nas relações educativas e formadoras da mocidade sergipana, em uma instituição literária de instrução secundária.

Considerações provisórias

Ao eleger uma fonte para análise dos materiais de uma instituição educacional secundária oitocentista, sabemos das suas limitações e problemáticas. Assim, não intentamos concluir as análises sobre tais objetos, pois a cada nova identificação, outros questionamentos emergem – são considerações provisórias. Perseguir outros documentos, notícias e qualquer outra pista que nos forneça elementos para situar tais objetos em seus usos e práticas no dia a dia da sala de aula é uma tarefa imprescindível na investigação do passado educacional sergipano em meados do século XIX, suas normas e práticas.

Em consonância com Souza (2007, p. 170), ao tratar da cultura material escolar, “remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos com a problemática da produção e reprodução social”. Assim, compreendemos como esses materiais auxiliam no entendimento dos sentidos da escolarização secundária em meados do século XIX, os desafios enfrentados pelos sujeitos que estavam à frente daquele Lyceu de Sergipe, para sua institucionalização, e mesmo aquilo que se considerava fundamental no processo de ensino-aprendizagem de determinadas cadeiras. Pela insistência nas solicitações, entende-se como objetos cruciais para o transcorrer das aulas de maneira a atingir as suas finalidades.

Mesmo com dificuldades de espaço e escassez de variados materiais necessários para o bom funcionamento, o Lyceu de Sergipe apontou e seu corpo docente agiu com relevante empenho, ao articularem propostas de premiação, sugerirem em seus relatórios a revisão da legislação por falta de clareza e dubiedade em artigos e ainda defenderem a criação de uma Biblioteca Pública, que, inaugurada em 1848 e instalada no Convento de São Francisco, esteve sob a direção do padre José Gonçalves Barroso, também diretor do Lyceu de Sergipe.

Este Lyceu continuou a funcionar até o ano de 1855, quando a capital da Província de Sergipe mudou-se de São Cristóvão para Aracaju. A nova capital não contou de imediato com uma instituição que centralizasse os estudos secundários, sendo que somente em 24 de outubro de 1870 inaugurou-se o Atheneu Sergipense, com a oferta dos cursos de Humanidades e Normal. Tema de outras histórias da educação já escritas e muitas outras a serem investigadas.

A partir da análise do Livro da Correspondência foi possível apreender práticas educativas que evidenciam aspectos do ensino secundário brasileiro, mais precisamente de Sergipe, notadamente do Lyceu de Sergipe, com atenção ao que afirmou Escolano Benito (2017, p. 32), ao compreender que: “A ênfase posta na história material e na história dos

usos é uma das vias adequadas para a análise das interações entre as práticas dos agentes (ou sujeitos) como dispositivos pedagógicos”.

Com este pensamento, investigamos materiais que dizem respeito à cultura empírica da escola que se constituía no Império, com dificuldades e mesmo disputa por espaço em meio às demandas de uma Província em consolidação. Tem-se também um conjunto de normas que estabelecia o permitido e o proibido no espaço interno e externo àquele ambiente. Regras e modos de dotar o corpo e o espírito de formas elaboradas para o comportamento considerado adequado ao jovem secundarista, com punições severas aos seus transgressores.

As dificuldades para sua instalação e manutenção fizeram com que essa parte da história secundária de Sergipe fosse interpretada por clássicos da historiografia sergipana, como Freire (2013) e Nunes (1984), como malograda e sem êxito. Ao lançar um diferente olhar, notamos como seus anos de formação de jovens secundaristas contribuíram para a institucionalização da educação secundária na Província e, mesmo com poucos recursos e pouca procura, o Lyceu de Sergipe manteve um corpo docente ávido por trazer para suas aulas materiais pedagógicos considerados essenciais para a aprendizagem das cadeiras que lecionava.

As pistas fornecidas pelo Livro da Correspondência também apontam para punições, premiações, avaliações, nomes de professores e alunos que contribuíram, de algum modo, na construção da Província de Sergipe. Para além de mapas, globos, sólidos, cadeiras e relógio, temos objetos que dizem respeito a práticas culturais de uma época e espaço em diálogo com diferentes referências do Brasil, e mesmo da Europa, na busca pelo êxito do processo de ensino-aprendizagem em uma instituição educacional secundária oitocentista.

* * *

Referências

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. “Tudo por um preço mui commodo”: materiais escolares nos jornais sergipanos do século XIX. *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v. 9, p. 87-94, jul./dez. 2004.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. A edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. *Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo*, Campinas (SP), v. 2, n. 2, p. 37-50, jan./jun. 2016.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. Equipamentos escolares: Finalidades e usos no Liceu de São Cristóvão. *In: Caderno de Resumos, X Encontro Sergipano de História*, UFS, 2003.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. Laudas do Lyceu Sergipense. *In: XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. [Anais]. Campinas, 2004. 1 CD-ROM.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908)*. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. Prêmios e sanções no cotidiano escolar. *In: SOUZA, Josefa Eliana; DANTAS JÚNIOR, Hamilcar Silveira (org.) Instituições e práticas educativas no Brasil: Teoria e história*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
- ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Marcedo; FONSECA, Simone da Silva. Atheneu Sergipense: o que revelam de ti? *In: BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). Inspirações (in) acabadas e trajetórias imperfeitas dos liceus na Euroamérica: séc. XI-XX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, p. 187-212.
- ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. 2007. 372 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

- BARRA, Maria Valdeniza. *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC/SP, 2001.
- BARRETO, Luiz Antônio. O Liceu Sergipense. *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v. 5, p. 67-80, julho/janeiro, 2002/2003.
- BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). *Inspirações (in) acabadas e trajetórias imperfeitas dos liceus na Euroamérica: séc. XI-XX*. Jundiaí: Paco Editorial: 2020a.
- BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de. O debate político e a criação da instrução secundária em Goyaz (1832-1846). In: BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). *Inspirações (in) acabadas e trajetórias imperfeitas dos liceus na Euroamérica: séc. XI-XX*. Jundiaí: Paco Editorial: 2020b. p. 103-130.
- CORREIO DE SERGIPE, 27 de outubro de 1847.
- DICK, Sara Martha. Ensino Secundário na Bahia – o Liceu Provincial e Colégio da Bahia (1836-1947). In: BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). *Inspirações (in) acabadas e trajetórias imperfeitas dos liceus na Euroamérica: séc. XI-XX*. Jundiaí: Paco Editorial: 2020. p. 161-186.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Trad. Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: Da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (ed.). *Cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010, p. 17-32.
- FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. 2014. 279 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2014.
- FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da (org.). *Liceus e Ateneus no Brasil nos Oitocentos: História e memória*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

FREIRE, Felisbela. *História de Sergipe (1575-1855)*. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; ARAGÃO, Milena Cristina. As aulas de leitura e escrita em Sergipe para meninas, na passagem do século XIX e XX. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 85-103, jan./abr. 2015.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, Ed. USP, 1972.

LIMA, Aristela Arestides. A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

LIMA, Aristela Arestides; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O Liceu de São Cristóvão: embates por um estabelecimento de ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). In: FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da (org.). *Liceus e Ateneus no Brasil nos Oitocentos: História e memória*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

MECENAS SANTOS, Ane Luíse Silva. “D’um abismo passamos à outro maior”: o patrimônio religioso da cidade de São Cristóvão (1835-1870). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 343-362, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1335>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MUNAKATA, Kazumi. Educação e modernidade: sob as figuras do relógio e da tipografia. *Educar em Revista*, n. 18, p. 43-52. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS, 1984.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Rosemeire Marcedo; FONSECA; Simone da Silva. Fontes e acervos na escrita da história de uma instituição educacional: o lugar do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). *Revista do Ins-*

tituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju/SE: IHGSE, v. 2, n. 50, p. 423-450, 2020.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *A patrimonialização da escola: implementação de espaços de memória em instituições educacionais luso-brasileiras entre o final do século XX e o início do século XXI*. Relatório do Projeto de pós-doutorado – Unesp/Araraquara. Desenvolvido com bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ) do CNPq (2021-2022). 2022.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. *Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926)*. Aracaju: Editora SEDUC, 2021.

SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristovão [manuscrito]*. FREITAS, Itamar; DANTAS, Beatriz Góis; ANDRADE JÚNIOR, Péricles (org.). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

SANTOS, Fábio Alves dos. *Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX*. 2013. 133 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. 2013.

SANTOS, Marcos Antonio do Monte. *Dos lentes aos compêndios: o ensino da disciplina História no Atheneu Sergipense entre os anos de 1875-1890*. Aracaju: Editora SEDUC, 2021.

SEBRÃO sobrinho. *Laudas da história do Aracaju*. Prefeitura Municipal de Aracaju: 1954.

SERGIPE. *Livro da Correspondência do Lyceu de Sergipe (1848-1851)*. Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). 492 FASS05 CX. 101. Disponível em <https://maisatheneu.com.br/cemas>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, Waldinei Santos. *“Written in black and white”*: O ensino da língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870-1877). 2017. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy A (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-192.

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. *Educar em Revista*. Curitiba: Editora UFPR, n. 49, p. 103-120, jul./set. 2013.

Recebido em 08 de setembro de 2022.
Aprovado em 03 de outubro de 2022.